

LUX JORNAL

Jornal do Commercio – Recife - PE

Publicado: 21/ 10 / 2000

190

88

4

Ministério da Justiça investiga morte de Chicão

A morte do cacique Chicão, líder da tribo dos Xucurus, de Pesqueira, vai ser investigada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão ligado ao Ministério da Justiça. Ontem uma comissão do Conselho esteve no Recife para obter as primeiras informações sobre o caso, junto às entidades ligadas às populações indígenas e ao Ministério Público Federal. O inquérito que apura o assassinato de Chicão estava engavetado desde 1998, ano de sua morte, mas agora será retomado pelo Ministério Público Estadual.

De acordo com o secretário do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Romeu Omar Klinch, que faz parte do conselho, além de pretender chegar ao autor da morte do cacique, o órgão quer patrocinar a resolução de outra causa mais complexa: a demarcação definitiva das terras dos Xucurus. "Nós entendemos que essa questão foi o que de fato determinou a morte do cacique, embora haja diversas versões acerca do motivo do crime", revelou Klinch.

Na busca de respostas para o caso, os três membros do conselho pretendem ouvir autoridades que participaram das investigações, a sociedade e pessoas atingidas pelo episódio. Para isso, devem agendar em breve uma visita às terras dos Xucurus. "Depois de colher as informações necessárias, faremos um relatório que irá orientar o procurador do Ministério da Justiça", adiantou a procuradora federal Maria Eliane Menezes. "Na verdade, o que o conselho vai fazer é federalizar o caso e tomar para si a responsabilidade de esclarecê-lo".

Uma das primeiras iniciativas do conselho, nesse sentido, será pedir a designação de um delegado especial Polícia Federal para apurar o caso. "Precisamos de alguém que tenha experiência em lidar com populações indígenas", afirmou a procuradora, lembrando que o delegado especial da Polícia Civil, que na época investigou o crime, chegou a ouvir 60 pessoas. "Mas ninguém foi punido e o maior desafio do conselho é justamente acabar com a impunidade, eliminando o cenário de violência no qual a tribo vive", explicou.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi criado em 1964 para atuar na resolução de casos que envolvam atentados violentos aos direitos humanos. O CDDPH é composto por representantes do Estado e da sociedade civil e pode tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais. Recentemente, o trabalho dele contribuiu, decisivamente, para a cassação e prisão do deputado federal do Acre Hidelbrando Pascoal, envolvido com o narcotráfico.